

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , de 2017 (Do Sr. Jorge Solla)

Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle para verificar compra emergencial pelo Ministério da Saúde do medicamento Eritropoietina (Alfaepoetina) da China.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, combinado com os artigos 60, incisos I, II e III e 61, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam adotadas as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para verificar a compra feita pelo Ministério da Saúde do medicamento Eritropoietina (Alfaepoetina) por dispensa de licitação, quando a mesma medicação é produzida no Brasil pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz, fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, onde há em estoque a mesma quantidade adquirida emergencialmente.

JUSTIFICAÇÃO

Na audiência pública ocorrida no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no dia 3 de maio p. p., com o objetivo de esclarecer o

acordo de cooperação com a CIMAB S/A, empresa cubana de biotecnologia, participou toda a diretoria da Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Na ocasião, o diretor Artur Couto, além de prestar todos os esclarecimentos solicitados, explicou como se deu o acordo de cooperação para transferência de tecnologia entre o Brasil e Cuba. Apresentou também o portfólio do Instituto Bio-Manguinhos, atualmente produzindo 10 vacinas, 15 reativos e 5 biofármacos. Entre os biofármacos, produz a “Alfaepoetina”, que vem a ser a eritropoetina humana recombinante, tema da referida audiência pública. Esse biofármaco é indicado no tratamento de anemia associada à insuficiência renal crônica e em alguns pacientes oncológicos, principalmente. Cerca de 73 mil pacientes são tratados com este biofármaco em todo território nacional.

A infraestrutura fabril da Bio-Manguinhos foi enormemente reforçada com a inauguração do Centro Henrique Pena (CHP), em 9 de dezembro de 2016, voltado para a produção de biofármacos. O CHP foi projetado e construído para atender à demanda do Ministério da Saúde e recebeu investimentos que totalizaram R\$ 478 milhões.

Ao final da audiência pública restou comprovado que o acordo em questão possibilitou a incorporação de conhecimento e novas plataformas tecnológicas, aumentou significativamente o acesso da população a um medicamento de alto custo, além de trazer economia aos cofres públicos e gerar empregos diretos e indiretos.

No entanto, o Ministério da Saúde optou por comprar a Alfapoetina de laboratório privado, que importa a matéria prima da China (DOU Nº 80, 27 de abril de 2017), apesar de se ter no Brasil 4 milhões de frascos desse medicamento em estoque, fabricado pela Bio-Manguinhos e resultado concreto da PDP (Parceria de Desenvolvimento Produtivo) com a empresa CIMAB S/A. Importante ressaltar que os 4 milhões de frascos de Alfapoetina estocados estão com o prazo de validade em andamento.

Urge explicar porque o Ministério da Saúde fabrica o medicamento (através de uma fundação pública a ele vinculado), tem em estoque e em grande quantidade e mesmo assim decide adquirir esse mesmo medicamento através de compra emergencial, com dispensa de licitação, alegando desabastecimento.

Diante do fato aqui resumidamente relatado e em cumprimento do dever fiscalizador da Câmara dos Deputados, através da Comissão de Fiscalização e Controle, solicito apoio dos nobres pares para esta PFC

Sala da Comissão, 12 de maio de 2017.

Deputado **JORGE SOLLA**
(PT-BA)